

(Des) uso da Política de Gestão Ambiental como forma de racionalização do gasto na Universidade Federal do Amapá

José Pery dos Anjos Lobato Junior

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Prof. Dr. Alexandre Gomes Galindo

Universidade Estadual do Ceará - UECE

<https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/8319>

Resumo

Com o aumento dos problemas ambientais a gestão ambiental tem ocupado papel de relevância nos debates mundiais, fato este decorrente do consumo excessivo dos recursos naturais que dão suporte a vida do homem no planeta. Dessa forma, a gestão ambiental deixou de ser uma discussão de importância secundária, assumindo destaque tanto esfera privada como esfera pública. Na universidade que profissionais de inúmeras áreas se desenvolvem, dirigem, gerenciam, trabalham e influenciam as organizações da sociedade, por isso, tem um papel tão importante na sociedade pela formação e conscientização de indivíduos e futuros profissionais, preocupados com a preservação do meio ambiente. O cenário de estudo adotado foi a Universidade Federal do Amapá, Campus Marco Zero, localizado na cidade de Macapá, estado do Amapá. A metodologia adotada neste trabalho foi realizada, inicialmente, em livros, artigos científicos, publicações eletrônicas e outros, caracterizando uma pesquisa bibliográfica. A não adesão da instituição a A3P demonstra que a instituição não priorizou o debate das questões ambientais no seu cotidiano. Desta forma, conclui-se que parte das ações implementadas é para cumprir com marcos legais impostos pela União.

Palavra-chave políticas públicas; gestão ambiental; sustentabilidade.

Abstract

With the increase in environmental problems, environmental management has played an important role in world debates, a fact that results from the excessive consumption of natural resources that support human life on the planet. In this way, environmental management is no longer a discussion of secondary importance, assuming prominence in both the private and public spheres. At the university, professionals from numerous areas develop, direct, manage, work and influence society's organizations, which is why they have such an important role in society for the training and awareness of individuals and future professionals concerned with the preservation of the environment. The study scenario adopted was the Federal University of Amapá, Campus Marco Zero, located in the city of Macapá, state of Amapá. The methodology adopted in this work was carried out, initially, in books, scientific articles, electronic publications and others, characterizing a bibliographical

research. The institution's non-adherence to A3P demonstrates that the institution did not prioritize the debate on environmental issues in its daily life. Thus, it is concluded that part of the actions implemented is to comply with legal frameworks imposed by the Union.

Key-word public policies; environmental management; sustainability.

Introdução

Essa pesquisa ganha relevância na medida em que demonstra que a administração pública federal, na condição de usuário de bens de consumo que, muitas vezes, geram impactos negativos, não só nas rotinas de trabalho, mas também no momento do descarte de resíduos (geração de lixo) necessita dar o primeiro passo para reduzir o consumo dos recursos naturais, minimizando os impactos decorrentes da execução de suas atividades administrativas e operacionais. Além do mais, a administração pública necessita melhorar a qualidade do gasto público por meio da diminuição do desperdício e implementação de políticas públicas com viés sustentável.

A região Amazônica, o Amapá e a Universidade Federal do Amapá

Neste momento da pesquisa foi realizada uma abordagem sobre a região Amazônica, o estado do Amapá e sua relação com as questões ambientais. Foi feito também apresentação, caracterização, e outras informações da UNIFAP, local onde foi realizado o estudo.

A região Amazônica

Ao debatermos questões referentes à gestão e a preservação ambiental não podemos deixar de abordar a região amazônica, pois a mesma deve estar no centro da pauta. Isso se dá pelo da Amazônia apresentar 7% da superfície do planeta e segundo estimativas cerca de 50% da biodiversidade mundial.

Os limites da Amazônia Legal foram estendidos várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. A sua forma atual foi definida pela Constituição de 1988, que incluiu Tocantins, Roraima e Amapá.

Segundo o IBGE (2019), os limites da Amazônia Legal foram se estendendo em função da área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Hoje, ela ocupa 5.015.067,749 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro (8.510.295,914 km²).

A região é composta por 772 municípios distribuídos da seguinte forma: 52 municípios de Rondônia, 22 municípios do Acre, 62 do Amazonas, 15 de Roraima, 144 do Pará, 16 do Amapá, 139 do Tocantins, 141 do Mato Grosso, bem como, por 181 Municípios do Estado do Maranhão situados ao oeste do Meridiano 44º, dos quais, 21 deles, estão parcialmente integrados na Amazônia Legal. Possui uma superfície aproximada de 5.015.067,75 km², correspondente a cerca de 58,9% do território brasileiro.

Apesar de a Amazônia estar sempre presente nos debates ambientais mundiais a forma de encontrada pelo governo federal seguiu modelos de desenvolvimento baseados em Grandes Projetos a partir da construção de rodovias de integração (Transamazônica, POLONOROESTE), incentivo à colonização para preencher os espaços vazios existentes, com os flagelados da estiagem nordestina, apoio a projetos agropecuários e minerometalúrgicos (Programa Grande Carajás) e de industrialização, desconsiderando os impactos socioambientais, estabelecendo um intenso movimento de “devassamento amazônico” (BECKER, 2001, p.137).

A gestão ambiental pública na Amazônia deve ser vista como uma questão de Estado e não de governo, em que cada cidade é importante para compor o sistema de

desenvolvimento regional, unindo esforços, conhecimentos e responsabilidades, independentemente do partido político, se o cargo é temporário ou se o mandato eletivo expirou (SOUZA, 2013).

O Estado do Amapá

Em 2018, o estado do Amapá apresentava uma população estimada de 829.494 habitantes e uma área territorial de 142.828,523 km² de território (IBGE, 2015). Sua Capital é Macapá, única capital brasileira banhada pelo rio Amazonas. O Amapá está situado na região Norte e tem como limites a Guiana Francesa a norte, o Oceano Atlântico a leste, o Pará a sul e oeste e o Suriname a noroeste.

Destarte, o Amapá ostenta o título do estado mais preservado do Brasil e conta com menos de 10% de sua área florestal original alterada por ação antrópica. Aproximadamente 72% de seu território encontra-se protegido nas Unidades de Conservação e nas Terras Indígenas demarcadas no estado. Não há como pensar no desenvolvimento do Amapá sem considerar a sua diversidade de ecossistemas e espécies, e a manutenção da sua floresta tropical úmida praticamente intocada. Para que a biodiversidade existente nos diversos ecossistemas possa contribuir para o desenvolvimento e trazer benefícios à população do Estado do Amapá é fundamental promover o uso sustentável da biodiversidade.

O Amapá possui 19 (dezenove) unidades de conservação em seu território, sendo 12 (doze) federais, 5 (cinco) estaduais e 2 (duas) municipais. Sendo que 8 do tipo unidade de proteção integral e 11 de uso sustentável, totalizando uma área de 8.798.040,31 hectares. No entanto o Amapá não é o Estado mais protegido da Federação somente com as unidades de conservação, quando somado às terras indígenas, que abrange uma área total de 1.183.498,31 hectares, somasse mais 8,29% aos 62%, assim o Estado passa a corresponder com 69,89% da área total sob regime de proteção especial. Cabe salientar que as áreas indígenas não se enquadram em unidades de conservação, mas desempenham um papel importante na proteção dos recursos naturais (MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ, 2011).

O Amapá possui grande heterogeneidade ambiental que inclui áreas de manguezais, campos inundáveis, enclaves de cerrado, floresta de várzea e de terra firme, além de grande diversidade cultural com populações ribeirinhas, extrativistas, quilombolas e indígenas, distribuídas em diferentes ambientes e habitando áreas protegidas e entorno.

As áreas protegidas constituem espaços territoriais legalmente instituídos pelo poder público, sendo importante instrumento para resguardar o patrimônio natural e cultural do Estado. As mesmas são destinadas à proteção dos recursos naturais, pesquisa científica, recreação, lazer, educação ambiental uso sustentável por comunidades tradicionais e garantia dos serviços ambientais. Contudo, o Governo do Estado do Amapá e os gestores das áreas protegidas têm o desafio de compatibilizar a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento e a sustentabilidade, considerando diversos usos e buscando a melhoria da qualidade de vida das comunidades tradicionais existentes (AMAPA ECOCAMPING, 2018).

A mudança de comportamento do uso da fronteira amapaense, de relações fronteiriças para ensaios e cooperações transfronteiriças, da mudança de efeito barreira fronteiriça para efeito cooperação transfronteiriça, tem implicado em ações do Governo Federal, mediante investimentos diretos em infraestrutura, serviços e teve seu crescimento urbano acelerado (PORTO, 2014).

Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é uma Instituição de Ensino Superior (IES), fundação autárquica mantida pela União e vinculada ao Ministério da Educação

(MEC), com sede e foro na cidade de Macapá, no Amapá. A UNIFAP é uma instituição pública de ensino superior, situada no extremo Norte do Brasil.

A instituição possui quatro campi em funcionamento, sendo assim distribuídos: Campus Marco Zero do Equador, no município de Macapá, Campus Oiapoque, em Oiapoque, Campus Mazagão, município de Mazagão e Campus Santana, município de Santana e Campus Laranjal do Jari no sul do estado, no momento sem atividades pedagógicas.

Como demonstrado no Relatório de Gestão (2019), a administração superior é exercida pela Reitoria cuja competência está definida no Regimento Geral, assim como, estão definidos os setores que compõem a IFES. A Reitoria está localizada no Campus Marco Zero do Equador, é composta pelo Reitor e Vice-Reitor, 7 (sete) Pró-Reitorias. Ainda fazem parte da estrutura organizacional os Órgãos Suplementares como: Comissão Permanente de Licitação (CPL); Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI); Rádio e TV; Biblioteca Central (BIC); e Assessoria Especial da Reitoria (AER), subdivididas em divisões; Órgãos de Apoio e Órgão de Controle.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 a 2019 definiu como missão da UNIFAP promover de forma indissociável ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e o desenvolvimento social, econômico, ambiental, tecnológico e cultural da região amazônica. Visão: Ser norteadora da construção de conhecimento, gestão e competências, fomentando o desenvolvimento regional. Valores: Ética e Responsabilidade, Transparência e Prestação de Contas, Comprometimento e Participação, Inclusão e Equidade, e Eficiência e Sustentabilidade.

Seu embrião formou-se nos anos 1970, na época do então Território Federal do Amapá, quando a Universidade Federal do Pará (UFPA), através de sua Pró-Reitoria de Extensão, instalou o Núcleo de Educação de Macapá (NEM). Sua autorização deu-se pela Lei Federal nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, e sua instituição foi mediante o Decreto Federal nº 98.977, de 02 de março de 1990. Historicamente, esta universidade representa a concretização de uma antiga aspiração da sociedade amapaense (UNIFAP, 2014).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (UNIFAP, 2015), A UNIFAP iniciou suas atividades com a oferta de aproximadamente 500 (quinhentas) vagas voltadas para o campo do magistério (licenciatura curta), implantando, assim, o ensino superior no Amapá. Na década de 1990, cria-se, de fato, a Fundação Universidade Federal do Amapá, autorizada por meio do Decreto n.º 98.977, de 2 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União n.º 43, de 5 de março de 1990, nos termos da Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, que autoriza o Poder Executivo a instituí-la, tendo seu estatuto aprovado pela Portaria Ministerial n.º 868/90, de acordo com o Parecer n.º 649/90-SESu, aprovado em 9 de agosto de 1990 e publicado na Documenta MRC n.º 35, tornando-a uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União. Em 1991, com a nomeação de um reitor pro tempore, a UNIFAP realiza o primeiro vestibular para os cursos de Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem. Com isso, institui-se de fato a Fundação Universidade Federal do Amapá. A UNIFAP possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Conforme estabelecido no Artigo 3º do Regimento Geral, a UNIFAP tem por objetivos e funções: I - ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão; II - desenvolver as ciências, as letras e as artes; III - prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral; e IV- promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

A partir de 2006, impulsionada pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a UNIFAP aumentou significativamente os seus espaços físicos, o seu quadro de recursos humanos (docentes e técnico-administrativos), bem como o seu alcance social, com o crescimento do número de discentes. De acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), a UNIFAP foi uma das universidades que obteve o crescimento mais acelerado entre 2006 e 2010, com um aumento de matrículas de 324% (LIMA, 2013, p. 96).

No período de 2007 a 2012, houve uma crescente de expansão das universidades federais que teve como grande impulsionador o Programa do Governo Federal de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), parte integrante de um conjunto de ações do Governo Federal no Plano de Desenvolvimento de Educação do MEC. O referido programa foi instituído pelo Decreto Presidencial 6.096, de 24 de abril de 2007, com o objetivo de dar às instituições condições de expandir o acesso e garantir condições de permanência no Ensino Superior. Ao lado da ampliação do acesso, com o melhor aproveitamento da estrutura física e do aumento do contingente de recursos humanos existente nas universidades federais, estava também a preocupação de garantir a qualidade da graduação da educação pública.

As universidades receberam investimentos para a aplicação em ações como contratação de professores e servidores administrativos; recuperação e construção de instalações físicas; e aquisição de equipamentos para laboratórios, salas de aula, bibliotecas, ambientes de professores e órgãos administrativos.

Recursos Humanos

Nas últimas décadas houve uma crescente de expansão das universidades federais. As instituições federais de ensino superior (IFES), não ficaram preocupadas somente com a ampliação de cursos e matrículas, preocupou-se também com a evidente necessidade de contratação de servidores técnico-administrativos para dar o suporte necessário ao tripé universitário (ensino, pesquisa e extensão).

Os Técnico-Administrativos em Educação (TAE) possuem peculiaridades no âmbito do Serviço Público Federal. Essas peculiaridades desempenhadas pelos Cargos, do nível fundamental ao superior, pelos Técnico-Administrativos em Educação nas Instituições Federais de Ensino no Brasil ressaltam a importância desses servidores para o contexto educacional brasileiro, o que implica em uma série de atribuições e premissas de atuação diferenciada dos demais Técnico-Administrativos do executivo federal, os mesmos ficam responsáveis pela gestão universitária.

Alberto e Balzan (2008) afirmam que os processos administrativos das áreas-meio permeiam toda a instituição universitária, sendo organizados através de cargos administrativos de instâncias e graus de responsabilidade distintos. Na Universidade, as atividades acadêmicas e administrativas coexistem e são mutuamente dependentes. Portanto, o papel dos servidores TAE é fundamental e estratégico para o funcionamento dessas instituições, por isso não se pode determinar níveis de importância entre os atores institucionais.

Em 2013, a Unifap tinha à sua disposição, no ambiente administrativo, 285 técnicos, porém esse quantitativo estava aquém da real necessidade da Instituição. Entretanto, em decorrência das ações promovidas pelo Reuni, inicia-se uma curva ascendente na contratação de servidores técnicos, conforme apresentado na tabela a seguir. No ano de 2014, a instituição já apresentava em seus quadros 434 servidores técnicos. Ou seja, houve um crescimento acima de 50%, levando em consideração o período anterior (2013).

Tabela 1 - Quantitativo de Técnico-administrativos da UNIFAP por titulação, de 2013 a 2018

Titulação/ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Doutores	-	1	1	-	2	2
Mestres	-	14	24	26	28	29
Especialistas	2	164	181	200	222	228
Graduados	139	166	115	117	139	143
Ensino médio	137	86	120	140	111	116
Ensino fundamental	7	3	3	2	4	4
Total	285	434	444	485	506	522

Fonte: UNIFAP (2019).

Outro dado de destaque refere-se à titulação dos técnicos, conforme os dados da tabela abaixo, percebe-se que houve aumento representativo na titulação desses servidores.

Ao analisar a composição, verificou-se que os técnicos com mestrado que, em 2014, era de 14 passou para 29, em 2018. A titulação de mestre dos técnicos, no período analisado, apresentou um crescimento significativo. Ressalta-se, também, a maior qualificação dos servidores técnicos que possuíam especialização. Fato este que vem se consolidando a cada ano na instituição.

O quadro docente da UNIFAP é composto por professores efetivos, substitutos e temporários, de acordo com as Leis 12.772/2012 e 12.863/2013, que normatizaram a estrutura do Plano de Cargos e Carreira do Magistério Federal.

Tabela 2 - Quantitativo de Docentes da UNIFAP por titulação - de 2013 a 2018

Titulação/ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Doutores	125	143	171	196	224	257
Mestres	219	204	221	294	282	272
Especialistas	102	78	107	122	123	120
Graduados	15	43	17	10	7	6
Total	461	468	516	622	636	655

Fonte: UNIFAP (2019).

Similar à categoria dos técnicos, houve um aumento considerável no quadro docente tanto em quantidade como em qualidade, pois em 2013 a UNIFAP contava com 461 docentes, passando a contar em 2019 com 665 docentes, o que representou um aumento em seu quadro docente de 42%, conforme apresentado na Tabela 2.

Os dados apresentados na Tabela 3 evidenciam uma diminuição no Orçamento Geral da Unifap no ano de 2017, se comparado aos exercícios de 2015 e 2016, de R\$ 18.545.542,00 e 17.722.937,58, respectivamente. Ou seja, em valores percentuais, 2015/2016 de -9,71 e 2016/2017 de - 9,32. Entretanto, ao analisarmos o período completo (2013-2017) houve uma pequena elevação média de 4,85%, valor esse que não acompanhou, na mesma proporção, o crescimento e as necessidades da instituição, conforme o descrito nos próximos gráficos.

Ao detalhar o orçamento por Grupo de Natureza de Despesa (GND), observou-se que no período, ocorreu um incremento médio nas despesas de pessoal e encargos sociais de R\$ 16.030.231,75, o que representa em números percentuais 20,30. Vale ressaltar que o

mencionado grupo compromete de forma significativa o orçamento geral da instituição, além do que é uma despesa obrigatória (ver dados da Tabela 3).

Tabela 3 - Dotações Orçamentárias, por Grupo de Natureza de Despesa, entre 2013-2017 (UNIFAP)

DOTAÇÃO / CÍCIO	2013	2014	2015	2016	2017
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS					
DOTAÇÃO INICIAL	43.830.775,00	55.264.371,00	84.734.420,00	96.598.465,00	124.779.563,00
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	16.827.861,00	28.921.973,00	14.774.791,00	20.212.148,00	-
DOTAÇÃO ATUALIZADA	60.658.636,00	84.186.344,00	99.509.211,00	116.810.613,00	124.779.563,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES					
DOTAÇÃO INICIAL	33.723.471,00	29.589.476,00	45.344.701,00	36.787.859,00	37.349.107,00
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	921.798,00	4.336.934,00	64.000,00	3.403.496,00	-
DOTAÇÃO ATUALIZADA	32.801.673,00	33.926.410,00	45.280.701,00	40.191.355,00	37.349.107,00
INVESTIMENTOS					
DOTAÇÃO INICIAL	35.993.331,00	25.015.634,00	44.630.620,00	34.136.621,58	10.312.320,00
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	17.070.613,00	10.740.040,00	1.566.000,00	-974.662,00	-
DOTAÇÃO ATUALIZADA	53.063.944,00	35.755.674,00	46.196.620,00	33.161.959,58	10.312.320,00
TOTAL GERAL	146.524.253,00	153.868.428,00	190.986.532,00	190.163.927,58	172.440.990,00

Fonte: Tesouro Gerencial (2017).

*Valor remanejado para GND Outras Despesas Correntes.

Para Silva (2019), os cortes e contingenciamentos iniciados em 2013 devido à crise econômica, acarretaram, de maneira geral, inúmeros problemas às IFES, acirrando-se em 2017. O mesmo autor destaca, na Unifap, dois elementos que sofreram os maiores impactos. O primeiro, os alunos em vulnerabilidade econômica e social, através da supressão, diminuição e restrição de benefícios.

...importantes instrumentos de apoio aos alunos em vulnerabilidade econômica, como: bolsas, auxílios em geral, sofreram interferências, seja por redução dos beneficiários, através de critérios mais rígidos de concessão, seja por atrasos ou diminuição no valor (SILVA, 2019, p. 38).

O segundo elemento impactado está relacionado à infraestrutura, a qual teve seu apogeu na época áurea do Reuni. Neste sentido, tanto o campus central, situado na capital - Macapá, denominado Marco Zero, quanto os campi no interior, expandiram-se através de diversas obras, inclusive melhorando a acessibilidade. Com o início da crise econômica em 2013, importantes obras foram paralisadas e outras tiveram seu início suspenso, acarretando inúmeros problemas pelos recursos já investidos e pela falta de conclusão, deixando a comunidade sem acesso ao serviço cuja finalidade se propunha a prestar.

Apesar dos cortes no orçamento, o autor destaca a obra do Hospital Universitário, iniciada em 2017, como exceção ao cenário de contingenciamento. Orçada em quase 200 milhões de reais, foi totalmente garantida financeiramente, através de emendas parlamentares impositivas, resultado do acordo da bancada federal - Deputados e Senadores, representantes do Estado. Com previsão de entrega para final de 2019, sua entrega foi adiada para maio de 2020, ainda estando dentro do cronograma. Mesmo com a entrega das obras, para seu funcionamento será necessários quase a mesma quantidade de

recursos, especialmente na compra de equipamentos, além de contratação de pessoal. Diante desta realidade, discute-se a operacionalização gradual como forma estratégica de funcionamento dentro da realidade econômico-financeira da instituição, com início de atendimento à população previsto para 2021 (G1 – AMAPÁ, 2019).

Ações de Gestão Ambiental na Unifap

O Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP, 2015 a 2019, estabeleceu que a responsabilidade socioambiental é compromisso de uma instituição que se preocupa com as consequências de suas ações no meio ambiente. Desta forma, através da gestão estratégica dos impactos sociais e ambientais a UNIFAP pretende reduzir o consumo e otimizar processos seus procedimentos internos. Pelo planejamento imposto, a UNIFAP adotou no ano de 2015 os Sistemas Institucionais Integrados de Gestão - SIG e seus diversos módulos, entre os quais o Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC - Portal Administrativo, definido pela UNIFAP como meio para tramitação de processo eletrônico.

O SIG foi desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no início dos anos 2000 e se constitui em uma base de dados que integra as áreas meio e fim da Instituição (áreas acadêmica, administrativa e de recursos humanos) em um só banco de dados. Os sistemas que compõem esta base são: SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos; SIGAA – Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas; SIGRH – Sistema Integrado de Gestão e Recursos Humanos.

A UNIFAP foi uma das primeiras IFES a implantar o processo eletrônico a partir do SIPAC-Portal Administrativo. Sendo, inclusive, referência para outros órgãos da administração pública para implantação de seus sistemas de processo eletrônico. A implantação do SIG fez com que houvesse diminuição significativa na impressão de documentos, uma vez que os processos passaram a ser eletrônicos.

Outro exemplo de gestão ambiental praticado pela instituição refere-se às adequações das construções sustentáveis, onde a obra do Hospital Universitário já contempla aos normativos de obras sustentáveis. No prédio do HU haverá aproveitamento de água da chuva e efluentes.

Para o abastecimento do sistema de irrigação, das bacias sanitárias e mictórios, foram propostos a reutilização das águas pluviais coletadas das coberturas do empreendimento.

As águas pluviais provenientes da cobertura do Hospital deverão ser captadas por meio de grelhas hemisféricas, posicionadas nas calhas, encaminhadas aos tubos de queda do Hospital e deste para uma rede externa, direcionando aos denominados reservatórios de retardo que são reservatórios em concreto, enterrados, localizados na área externa do Hospital.

Para atender a uma especificação econômica será utilizado um sistema de acionamento por caixa de descarga embutida na parede, com acionamento frontal, descarga de 3 e 6 litros.

Além disso, as torneiras do prédio do HU irão possuir instalação de arejador; os quais funcionarão como controlador da dispersão do jato e como elemento de perda de carga, reduzindo a vazão e trazendo uma economia de 50%.

Há também a previsão de instalação da torneira hidromecânica (tipo temporizador mecânico) nos banheiros do hospital universitário. Estas torneiras possuem dispositivos mecânicos que são acionados por meio de um leve toque, liberando um fluxo de água, que se fecha automaticamente após um determinado tempo. O uso do arejador traz uma redução de cerca de 50%.

Ressalta-se que o esgoto produzido no HU será devidamente tratado e armazenado para compor o sistema de reuso. A água excedente no tratamento da estação de tratamento de efluentes será direcionada para a galeria de águas pluviais.

Outra ação de gestão ambiental na instituição detectada foi a implantação de lixeira seletivas. Mas apesar da boa iniciativa, não há uma coleta de forma correta dos resíduos destinados das lixeiras instaladas no campus Marco Zero.

Pressupostos metodológicos

Neste momento da pesquisa foi abordado o tipo de pesquisa, a caracterização do local de estudo, os instrumentos de pesquisa, a descrição dos procedimentos de coleta e de análise de dados empregados.

A metodologia adotada neste trabalho foi realizada, inicialmente, em livros, artigos científicos, publicações eletrônicas e outros, caracterizando uma pesquisa bibliográfica (PRESTES, 2002).

Quanto à sua finalidade esse estudo caracteriza-se como uma pesquisa aplicada, isso porque visa adquirir conhecimentos sobre determinada realidade com a intenção de contribuir para a solução de problemas reais (GIL, 2010). Com relação aos objetivos esta pesquisa é exploratória e descritiva. Exploratória, pois versa sobre o detalhamento de um determinado assunto com vistas a proporcionar maior familiaridade com o problema ainda não explanado satisfatoriamente. E se caracteriza como descritiva por ter como principal objetivo descrever as características de uma determinada população (GIL, 2010).

A abordagem metodológica empregada é qualitativa, pois para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Entretanto, serão utilizados dados quantificáveis, mas o uso de métodos e técnicas estatísticas não serão determinantes para o alcance dos resultados.

Caracterização do local de estudo e público alvo

O cenário de estudo adotado foi o Campus Marco Zero, por ser o maior e mais representativo da Universidade Federal do Amapá. O público-alvo da pesquisa foi constituído pelos *stakeholders* internos do referido campus: docentes, técnico-administrativos e gestores.

A escolha da universidade foi realizada após perceber que há poucos estudos na Instituições de Ensino Superior (IES) da região amazônica abordando essa temática. Além do mais, as universidades devem dar o bom exemplo à sociedade no que concerne a implantação de práticas ambientais que promovem o menor impacto possível ao meio ambiente, bem como utilize os recursos disponíveis da forma possível.

Instrumentos de pesquisa, coleta de dados e procedimentos de utilização

O presente estudo foi dividido em três etapas, a saber: Na primeira, por meio de análise documental, buscou evidências em documentos oficiais da universidade (comunicados internos, entrevistas à imprensa, relatórios de diversas áreas – tanto administrativas quanto educacionais), que viessem: verificar se há identificação formal de políticas de gestão ambiental. Além do mais, nessa fase foi feita análise documental das exigências da agenda A3P.

Na segunda etapa foi realizada aplicação de questionários (APÊNDICE A) com os servidores técnicos e docentes, bem como acadêmicos. O referido instrumento de pesquisa teve o propósito de analisar a percepção sobre a utilização ou ausência de políticas de gestão ambiental na IFES.

O questionário foi aplicado pessoalmente e também eletronicamente para a população interna da instituição, num total de 386 entrevistas.

Na terceira etapa foi utilizado o *Check list*, com adaptações, proposto por Freitas, Borgert e Pfitscher (2011), o mesmo apresentou entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE B) com os gestores das pró-reitorias, além de entrevistar servidores do Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento-DMAD, inseridos para contribuir com informações críticas sobre a perspectiva acadêmica. O objetivo principal foi de confrontar as informações e responder ao problema de pesquisa destacando elementos críticos e mostrar onde há a utilização de tais ações propostas pela A3P e pelo PES.

Por meio das respostas obtidas foi possível pontuar as ações e práticas da instituição que atendem as exigências da A3P e do Programa Esplanada Sustentável.

Para embasamento de informações oficiais sobre a inserção de ações que visem a utilização de práticas de gestão ambiental e sustentabilidade foram utilizados diversos documentos institucionais para a análise na pesquisa, como: Relatórios de Gestão (2013 a 2018), Plano de desenvolvimento Institucional 2015-2019, Relatórios de Atividade Geral, Relatórios da Avaliação (2013 e 2013) e o Estatuto da universidade pesquisada.

Tendo em vista que o estudo envolveu a coleta de dados de servidores e discentes foi realizada a amostragem estratificada, com três estratos, a saber: i) docentes; ii) técnicos; ii) discentes. Tamanho amostral Considerando a margem de erro de 5%, com nível de confiança de 95%; a distribuição normal das variáveis; e o tamanho da população desses estratos na Unifap. O tamanho amostral está demonstrado na Tabela a seguir para as margens de erro de 5%.

Tabela 4 - Tamanho da população por estratos na Unifap

Estrato	População	Amostra 5%
Docente	714	35
Técnico-administrativo	523	26
Discente	6.707	325
Total	7.944	386

Fonte: SIGAA/Unifap (2019).

Ressalta-se que os indivíduos foram ser escolhidos aleatoriamente, ou seja, sem a influência de qualquer fator para seleção.

Resultados e discussões

Visando responder ao objetivo específico dessa pesquisa, neste capítulo foram analisados os dados levantados no questionário sobre a percepção ambiental respondida pelos docentes, técnico-administrativos e discentes da Unifap.

Análise sobre a percepção ambiental

Nesse momento da pesquisa buscou-se captar por meio do instrumento de coleta de dados, o questionário, o qual além de abordar a percepção sobre meio ambiente, fez a caracterização dos entrevistados através dos seguintes indicadores: gênero, faixa etária, escolaridade, dentre outros.

Nessa perspectiva, seguindo com os ensinamentos de Gonçalves e Gonçalves (2013), a percepção ambiental se constitui em um elemento fundamental para a compreensão

acerca das inter-relações entre o homem e o ambiente em que ele está inserido. O que significa que a percepção perpassa pelo reconhecimento da inserção do homem em determinado ambiente e as distintas formas de sua interpretação em relação ao seu meio, é a partir desta percepção que nascem as políticas públicas relacionadas ao ambiente de cada sociedade.

Macedo (2000) defende que a percepção ambiental é definida como as diferentes maneiras sensitivas que os humanos captam, percebem e se sensibilizam pelas realidades, ocorrências, manifestações, fatos, fenômenos, processos ou mecanismos ambientais observados em seu meio. Ou seja, não há, necessariamente, uma homogeneidade diante da percepção dos indivíduos no que se refere a sua compreensão sobre os diferentes aspectos ambientais.

Como destacado em momentos anteriores, os dados da distribuição da amostra correspondem à composição da comunidade acadêmica da Unifap (Docentes, Técnicos e Discentes). Nesse sentido, a distribuição dos participantes da pesquisa teve como maior representação dos discentes, 325. Ressaltando que a mencionada categoria é a maior representação da comunidade acadêmica, conforme detalhamento na amostragem apresentada a seguir.

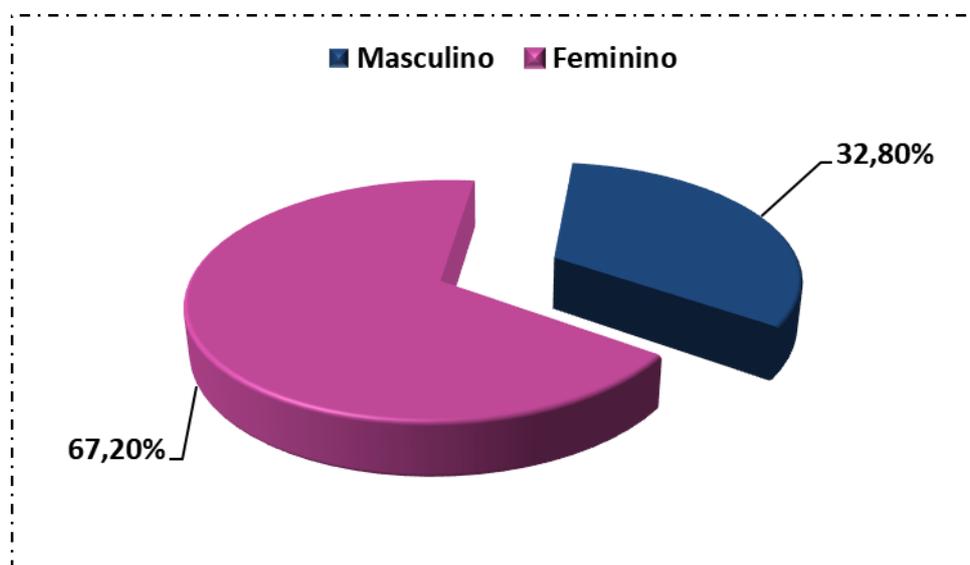
Tabela 5 - Distribuição dos participantes da amostra sobre a percepção Ambiental

Participantes	Frequência	(%)
Docente	35	9,07
Técnico-administrativo	26	6,74
Discente	325	84,20
Total	386	100

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Ao analisarmos a distribuição da população entrevistada segundo o gênero, verificou-se que a predominância está entre o gênero feminino (67,20%). Por sua vez, o gênero masculino representou, na pesquisa em destaque, 1/3 dos entrevistados, conforme apresentado no gráfico a seguir.

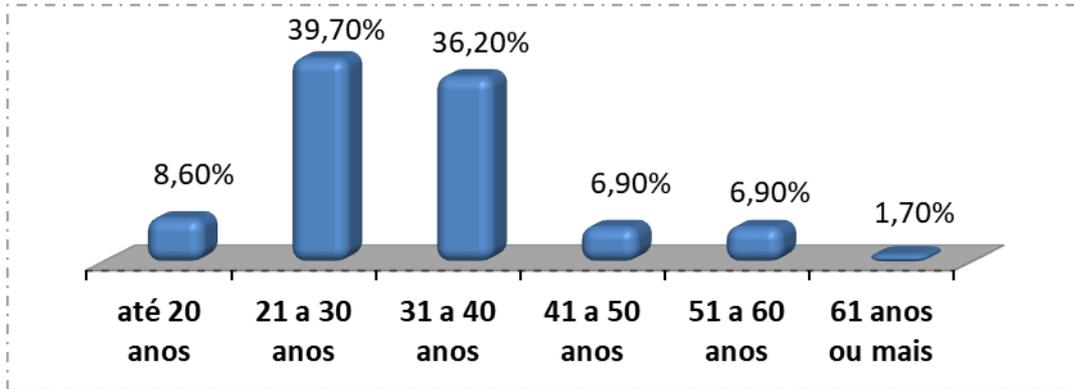
Gráfico 1 - Distribuição da população estudada segundo gênero (%)



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

Ademais, os dados apresentados no Gráfico demonstram que os respondentes estão concentrados na faixa etária até 40 anos, correspondendo a aproximadamente 85% da população analisada. Vale destacar que a faixa etária de 21 anos a 30 anos teve maior representação na composição etária, 39,70%, seguida pela faixa etária de 31 a 40 anos, que apresentou 36,20% dos pesquisados.

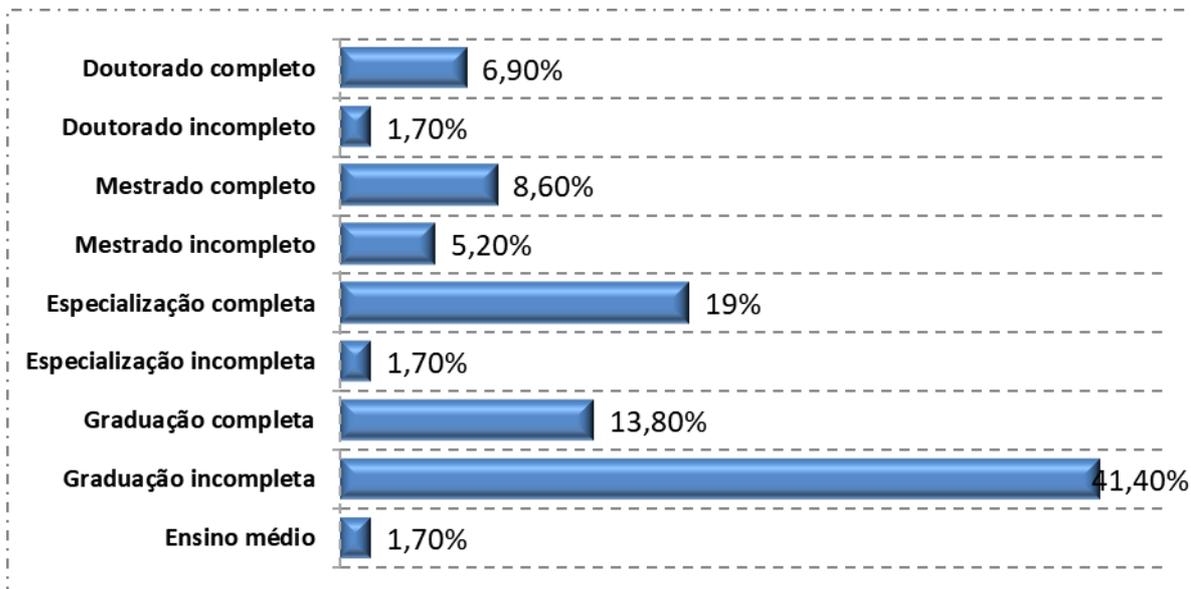
Gráfico 2 - Caracterização dos respondentes por faixa etária



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

Outra informação importante para análise da caracterização da população é referente ao nível de escolaridade. A pesquisa identificou que 41,40% dos respondentes apresentaram graduação incompleta, fato este justificado pela maior frequência entre os participantes discentes, conforme apresentado no Gráfico 3. Além do mais, impulsionado pela categoria dos técnicos, 19% dos respondentes apresentaram especialização completa e 8,60% possui mestrado completo.

Gráfico 3 - Nível de escolaridade da população entrevistada



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

No que tange a questão sobre a percepção sobre a busca de informações do cotidiano, procurou-se saber onde os respondentes buscavam informações do cotidiano a respeito das questões ambientais. Logo, 81% dos entrevistados afirmaram obter na mídia (internet, revista, jornal, rádio e TV) informações sobre as mencionadas questões, outros

10,30% afirmaram obter informações através de livros e revistas e apenas 8,60% responderam obter as informações no âmbito da universidade.

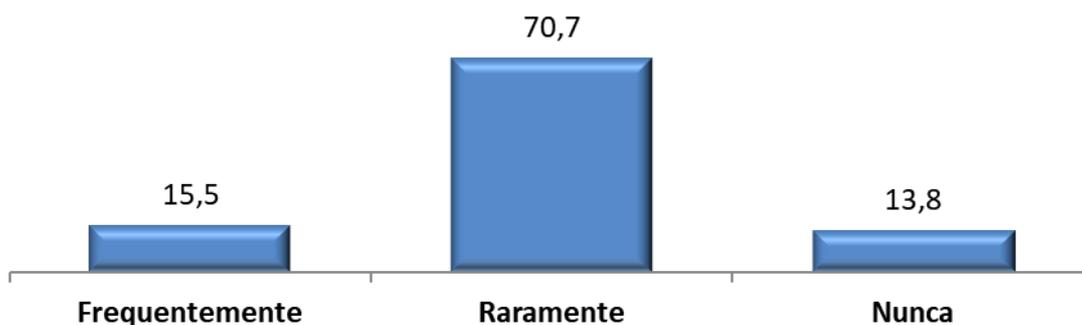
Gráfico 4 - Percepção sobre a busca de informações do cotidiano a respeito das questões ambientais



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

A pesquisa apontou também, conforme apresentado no gráfico 5, que para 70,7% dos entrevistados a UNIFAP raramente se preocupa em aplicar ações de sustentabilidade. E para 15,5% dos entrevistados essa preocupação da instituição com ações de sustentabilidade é frequente, outros 13,80% afirmam que a instituição nunca se preocupa em aplicar ações sustentáveis, conforme dados observados no Gráfico 5.

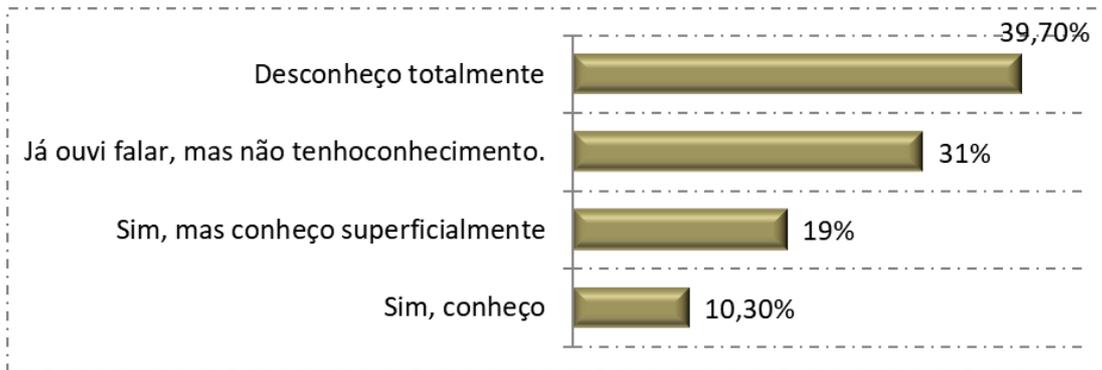
Gráfico 5 - Percepção sobre o nível de preocupação da UNIFAP em aplicar ações de sustentabilidade



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

Ao analisar a percepção sobre a existência de programas ou ações de incentivo à promoção de sustentabilidade na Unifap, apresentados no gráfico 6, verificou-se que 39% dos entrevistados afirmaram desconhecimento total sobre a existência de programas ou ações de incentivo à promoção de sustentabilidade. Por outro lado, 31% dos respondentes afirmaram que já ouviram falar, mas não tem conhecimento sobre ações ou programas sustentáveis implementados pela instituição.

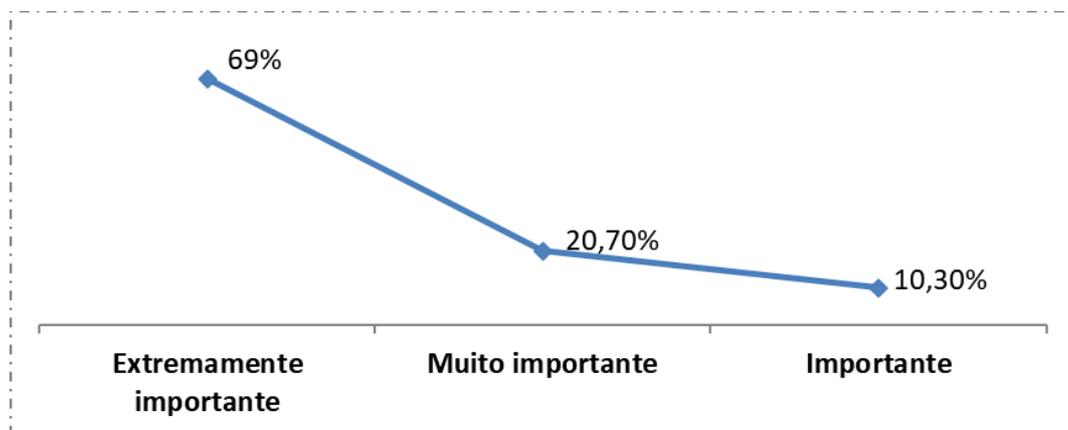
Gráfico 6 - Percepção sobre a existência de programas ou ações de incentivo à promoção de sustentabilidade na Unifap



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

No gráfico 7, procurou-se saber da comunidade acadêmica qual seu nível de percepção sobre a importância da implantação de políticas de gestão ambiental na instituição. Logo, percebe-se que há um grau elevado de conscientização sobre a importância da efetivação de práticas ambientais, pois aproximadamente 70% dos entrevistados afirmaram que tais práticas são extremamente importantes e para cerca de 20% são muito importantes.

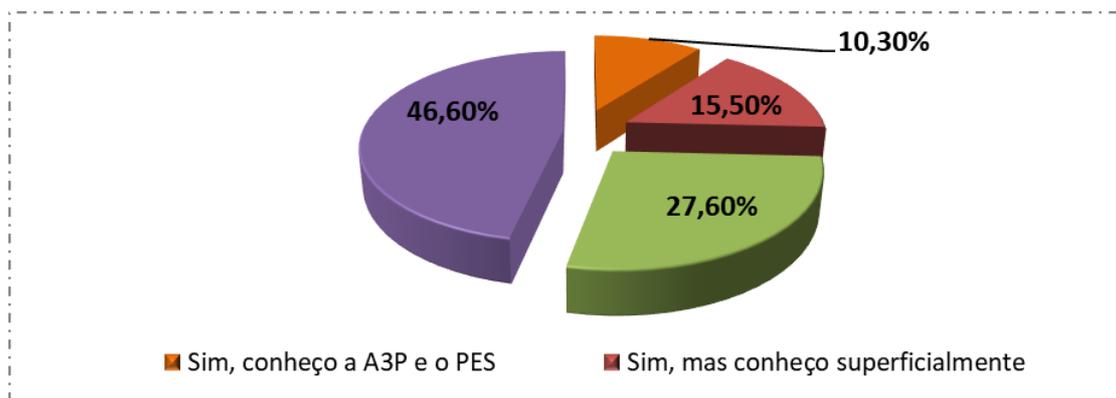
Gráfico 7 - Percepção sobre a importância da implantação de políticas de gestão ambiental na Unifap



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

Nessa lógica, os dados apresentados demonstram que a comunidade acadêmica tem pouco conhecimento ou conhecimento superficial sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) ou sobre o Projeto Esplanada Sustentável (PES).

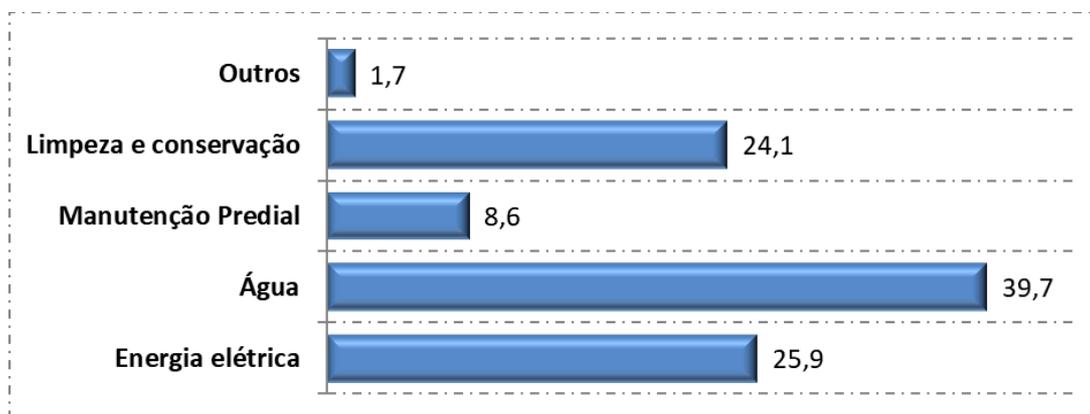
Gráfico 8 - Conhecimento sobre Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) ou sobre o Projeto Esplanada Sustentável (PES)



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

Ao buscar saber qual elemento de despesa fixo da Unifap seria mais importante para implantar ações de sustentabilidade e racionalização de gasto na instituição, cerca de 40% dos entrevistados afirmaram que tais ações devem ser iniciadas pelo elemento de despesa água, já para aproximadamente 26% responderam que a atividade escolhida para implementar práticas de sustentabilidades é de energia elétrica e para 24,1% que deveria ser a atividade de limpeza e conservação.

Gráfico 9 - Atividades para implementar ações de sustentabilidade e racionalização de gastos

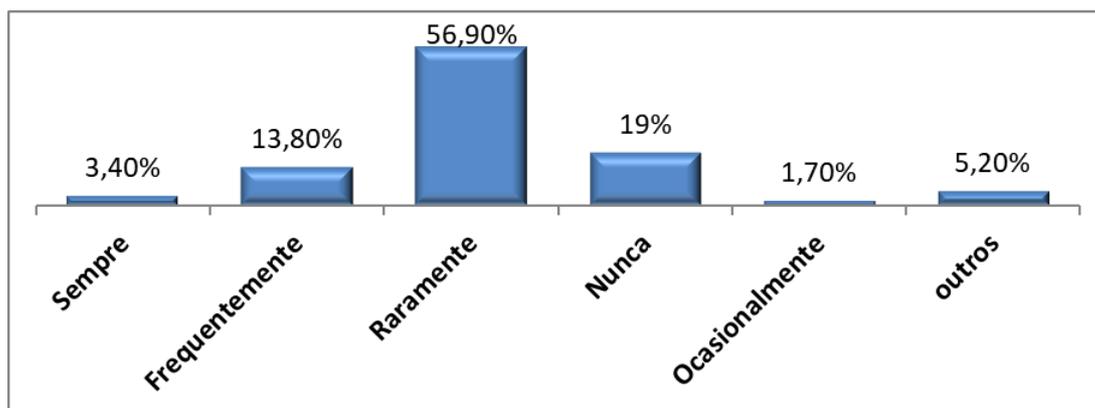


Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

Com o objetivo de procurar saber se a Unifap deu oportunidade para compartilhamento de ideias e/ou sugestões relativas à sustentabilidade pela comunidade acadêmica.

Vale destacar que existe na instituição a Ouvidoria que constitui-se no elo de comunicação entre o cidadão a Instituição. Além de ser um canal que fomenta e efetiva a democracia participativa. Entretanto, como apresentado pelos resultados obtidos, há ausência de interlocução da gestão superior e a comunidade acadêmica na discussão para implementação de práticas ambientais.

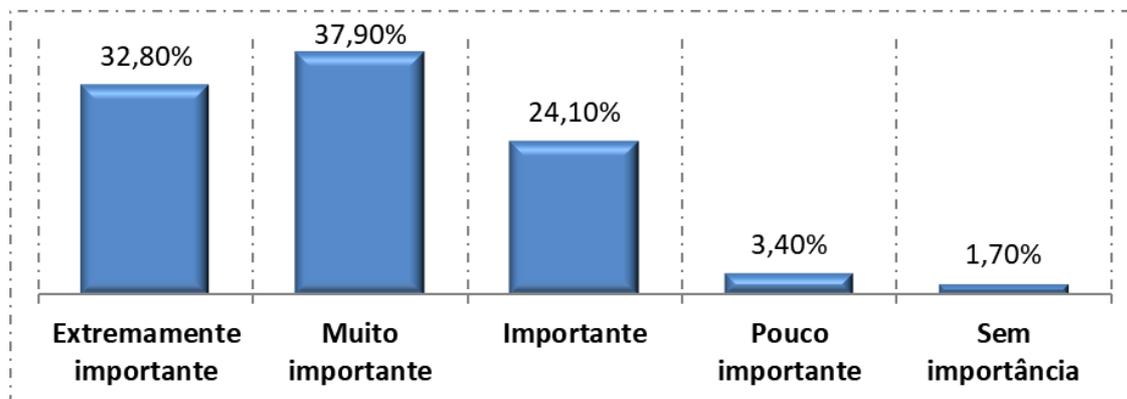
Gráfico 10 - Compartilhamento de ideias e/ou sugestões relativas à sustentabilidade



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

Ao indagar os entrevistados sobre a importância de se propor editais para premiação de melhores propostas referentes ações de práticas ambientais na universidade, 37,90% responderam que seria muito importante o fomento dessa política. Corroborando com o dado anterior, 32,80% afirmaram que é de extrema importância essa iniciativa. Logo, contata-se que a comunidade acadêmica tem elevado interesse em apresentar propostas para inserção de práticas ambientais na Unifap, mas ainda não há, por parte da administração superior, políticas que incentivem a comunidade para apresentar propostas que ajudem a minimizar os impactos ambientais na instituição.

Gráfico 11 - Visão sobre proposição de editais para ações de gestão ambiental da universidade



Fonte: Dados de pesquisa coletados em campo (2019).

Considerações finais

O presente estudo buscou saber se a Universidade Federal do Amapá adere a práticas de gestão ambiental, além de buscar conhecer as principais potencialidades e entraves para a implementação dessas ações sustentáveis sobre a perspectiva da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e do Projeto Esplanada Sustentável (PES).

O instrumento de percepção ambiental é de extrema importância para melhor assimilar as relações entre o homem e o ambiente, suas expectativas, anseios, satisfações e insatisfações, julgamentos e condutas.

Com relação aos resultados apresentados através do questionário de percepção da comunidade acadêmica, ficou evidenciado que muitos membros da comunidade interna têm

desconhecimento total sobre a existência de programas ou ações de incentivo à promoção de sustentabilidade pela instituição. Por outro lado, alguns já ouviram falar, mas não tem conhecimento sobre tais ações ou programas sustentáveis implementados pela instituição, o que demonstra um nível baixo de interlocução interna relativa a essas políticas. Além disso, a pesquisa identificou que, para 70,7% dos entrevistados, a UNIFAP raramente se preocupa em aplicar ações de sustentabilidade.

A pesquisa evidenciou também que a comunidade acadêmica sabe e tem interesse na implantação de políticas de gestão ambiental na instituição, tendo elevado grau de conscientização sobre a importância da efetivação de práticas ambientais.

Por outro lado, os resultados do questionário demonstraram que a comunidade acadêmica tem pouco conhecimento ou conhecimento superficial sobre a Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) ou sobre o Projeto Esplanada Sustentável (PES), e ficou evidenciado a pouca participação nas ações institucionais de sustentabilidades oferecidas pela instituição. Nesse ponto de vista, Buarque (2008) assevera que o desenvolvimento sustentável local depende da capacidade de mobilização dos atores envolvidos e de um ambiente de inovação que estimule a busca de alternativas e gere capacidade de adaptação da comunidade às mudanças de contexto.

Para além da pesquisa, temos que reconhecer que os problemas ambientais não podem ser solucionados por este ou aquele ramo do saber e, por isso, além da academia precisa-se juntar esforços sociais para tentar alcançar metas sustentáveis que auxiliem no combate ao desperdício e redução de custos operacionais.

Recomendações para estudos futuros são no sentido de aprofundar pesquisas que permitam conhecer a percepção da comunidade acadêmica no que tange a inserção de práticas sustentáveis após a inserção dos projetos ambientais inseridos pela Unifap; realizar levantamento visando indicar quais foram as práticas e ações implantados nos prédios da instituição, e caso de verificar por que os gestores não implantaram outras.

Referências bibliográficas

ALBERTO, Jorge Luís Moreira; BALZAN, Newton César. Avaliação de projeto político-pedagógico pelos funcionários: espaços e representatividade. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 3, p. 745-770, nov. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141440772008000300007&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03 set. 2019.

AMARAL, M. D. B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP)**. 2010. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES. **CLIV reunião ordinária do Conselho Pleno da ANDIFES. [S.l]: ADIFES**, 2016. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/CLIV-reuni%C3%A3o-Ordin%C3%A1ria-do-Conselho-Pleno-da-Andifes.pdf>. Acesso em: 16 abr.2017.

BARATA, Martha Macedo de Lima. O setor empresarial e a sustentabilidade no Brasil. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v.1, n.8, p.44-47, set. 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=441742831006>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BARBIERI, José. Carlos. Políticas públicas indutoras de inovações tecnológicas ambientalmente saudáveis. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.31, n.2, p.135-52, mar-abr, 1997.

BATISTA, Fábio Ferreira. **Modelo de gestão do conhecimento para a administração pública brasileira**: como implementar a gestão do conhecimento para produzir resultados em benefício do cidadão. [S.l: s.n], 2012.

BECKER, Bertha. K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Modelos e cenários para a Amazônia: o papel da ciência. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Parcerias Estratégicas**, v.5, n. 12, p. 135-159, set. 2001.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima. **Planejamento e Gestão Ambiental**: uma abordagem do ponto de vista dos instrumentos econômicos. 195f. 1996. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Instituição de Ensino, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAMPOS, Ana Luiza Garcia. **Políticas Públicas Ambientais**: conservação da biodiversidade e gestão dos serviços ecológicos. 2013. 26 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós-graduação em Direito, Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CAMPOS, Lucila Maria de Souza *et al.* **Sistema de gestão e avaliação de desempenho ambiental**: uma proposta de implementação. [S.l]: SGADA, 2001.

CHAGAS, Marco Antonio. **Gestão Ambiental no Amapá**: evolução e contribuição do Subprograma de Política de Recursos Naturais do PPG7. 2003. 154f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

CHAUI, M. A **universidade pública sob nova perspectiva**. Conferência de abertura da 26ª reunião anual da ANPED. Poço de Caldas, 05 de out. 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/marilenachauianped2003.doc>. Acesso em: 25 ago. 2011.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. Desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas no debate contemporâneo. **Interações**, Campo Grande, v. 8, n. 13, p.55-59, 2016.

CORRÊA, V. A. **As instituições de ensino superior e a gestão ambiental**. Porto Alegre: [s.n], 2004.

COSTA, M.C.L. **Do Higienismo ao ecologismo**: os discursos sobre o espaço e o urbano: temas para debates. Fortaleza: EdUFC, 1997.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

FOCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FLORIANO, Eduardo P. **Políticas de gestão ambiental**. 3. ed. Santa Maria: Anorgs, 2007.

FOUTO, A. R. F. **O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável:** das relações internacionais às práticas locais. [S.l: s.n], 2002. Disponível em: http://campus.fct.unl.pt/campusverde/W_RIA_ARFF.doc. Acesso em: 08 jul. 2017.

GALINDO, Alexandre Gomes. **Participação social no desenvolvimento de políticas públicas no estado do Amapá:** um olhar sobre a elaboração e execução do plano plurianual de Macapá-AP no período de 2013 a 2016 – Macapá: UNIFAP, 2017. 330p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. *In:* VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento:** novos desafios para a pesquisa ambiental. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GONÇALVES, Idomar Sá; GONÇALVES, Vanda Lúcia Sá. Políticas públicas, percepção e gestão ambiental. Planeta Amazônia: **Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, v.9, n. 5, p.167-177, 2013.

O INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS – IBAMA. **GEO Brasil 2002:** perspectivas do meio ambiente no Brasil 2002. Brasília: EdIBAMA, 2002.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v.8, n.118, p.189-206, mar. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010015742003000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 13 mar. 2019.

KRUGER, Silvana Dalmutt *et al.* Gestão ambiental em instituição de ensino superior: uma análise da aderência de uma instituição de ensino superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Revista GUAL.**, Florianópolis, v. 4, n. 3, p. 44-62, set./dez., 2011.

LIMA, Kátia. Aumento de vagas docentes não cobre expansão. **Revista Andes Especial**, Brasília, n. 3, p. 94-97, abr. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda Ambiental da Administração Pública.**

LOPES, Fernando Dias. Teoria institucional e gestão universitária: uma análise do processo de avaliação institucional na UNIJUÍ. **Revista Eletrônica de Administração-READ**, Porto Alegre, v. 5, n. 4, p.88-89, 1999.

MACEDO, Renato Luiz Grisi. **Percepção e Conscientização Ambiental.** Lavras/MG: EdUFLA/FAEPE, 2000.

MARTENS, Ana Elizabeth. **Gestão Estratégica em Universidades.** [S.l: s.n], 2014.

MARTINS, V. L., SANTOS, J. Primeiros discursos: Uma A3P Participativa na Universidade Federal da Paraíba, CAMPUS IV LN – Rio Tinto. **X Congresso de Ecologia do Brasil**, São Lourenço – MG, 16 a 22 de Setembro de 2011.

MILARÉ, Édis. **Direito do ambiente:** a gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

MORAIS, Reinaldo Carvalho de *et al.* **Eficiência do gasto público em educação fundamental nas prefeituras mineiras: uma abordagem via análise envoltória de dados.** [S.l.: s.n.], 2009.

MIMAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE. **Agenda Ambiental na Administração Pública.** 5. ed. Brasília: MMA, 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p>. Acesso em: 16 maio 2019.

NETO, Alexandre Shigunov; CAMPO-S, Lucila Maria de Souza; SHIGUNOV, Tatiana. **Fundamentos da Gestão Ambiental.** Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

OTERO, Gabriela Gomes Prol. **Gestão Ambiental em Instituições de Ensino Superior: práticas dos Campi na Universidade do Estado de São Paulo.** 2010. 165f. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente) – Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.iee.usp.br/producao/2010/Teses/OTERO_2010.pdf. Acesso em: 14 abr. 2017.

PORTO, J. L. R. **Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: reformas da condição fronteiriça amapaense (1943-2013).** Blumenau: EdFURB/PPGDR, 2014.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico.** São Paulo: Ed. Respel, 2002.

PRICE WATERHOUSE GEOTÉCNICA - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO IBAMA. **Cenários de Gestão Ambiental Brasileira: relatório final.** Brasília, IBAMA, 1992.

SANTANA, Eliane Santos de; LIMA, Elisenia de Carvalho; SANTOS, Betisabel Vilar de Jesus. Práticas de educação ambiental projeto: escola e comunidade cuidando do meio ambiente. **Caderno de Graduação- Ciências Humanas e Sociais – UNIT,** Aracaju, v. 1, n.16, p. 59-71, mar. 2013.

SANTOS, Murillo Giordan; BARKI, Teresa Villac Pinheiro (Coord.). **Licitações e Contratações Públicas Sustentáveis.** Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SOUZA, Narda Margareth Carvalho Gomes de. **Gestão ambiental pública na Amazônia brasileira: uma análise do projeto de gestão ambiental integrada no estado do Pará.** [S.l.: s.n.], 2013.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas.** 3. ed. Florianópolis: EdUFSC, 2014.

TAUCHEN, J. A. Gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Revista Gestão & Produção,** v. 13, n. 3, p. 503-515, set./dez. 2006.

TAVARES, Everkley Magno Freire. Avaliação de políticas públicas de desenvolvimento sustentável: dilemas teóricos e pragmáticos. **HOLOS,** v. 1, n.9, p. 120-129, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Relatório de Gestão do Exercício 2014. Macapá: UNIFAP, 2014.** Disponível em:

<http://www2.unifap.br/deplan/files/2011/08/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3ode-2014-UNIFAP.pdf>. Acesso em: 16 abr.2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.